

AS MULHERES IDOSAS TAMBÉM FAZEM HISTÓRIA NA POLÍTICA

Eulália Lima Azevedo¹

Resumo

Neste trabalho busco discutir a dinâmica de mobilização de mulheres idosas promovida pelo Fórum Permanente em Defesa do Idoso de Salvador- Bahia. Tal mobilização objetiva criar condições para o desenvolvimento da consciência política dessas mulheres quanto aos seus direitos de cidadania. As reuniões regulares dos Grupos de Convivência de Idosos(as) têm se constituído em um espaço social privilegiado nesse processo. É de fundamental importância a inclusão das mulheres mais velhas na organização coletiva para o fortalecimento da ação política da população idosa, enquanto grupo identitário e autônomo. Nessa dinâmica, certas mudanças têm ocorrido no movimento político dos aposentados e pensionistas, imprimindo uma nova composição de forças no que concerne às relações de gênero.

Palavras-chave: mulheres idosas. Cidadania. Aposentados.

Abstract

In this work I seek to discuss the mobilization dynamics geared to elderly women promoted by the Permanent Forum in Defense of the Aged of Salvador- Bahia. This mobilization aims at creating conditions for political consciousness-raising among these women regarding their citizenship rights. The regular meetings of the Groups for the Elderly constitute a privileged social arena in this process. The inclusion of elderly women in this collective organization has been fundamental for the strengthening of political action by the aged in the city, both in terms of identity groups as well as of autonomous groups. This dynamics has fostered certain important changes in the political movement of pensioners and retired people, such as to imprint a new composition of forces insofar as gender relations are concerned.

Key words: elderly women. Citizenship. Retired people.

Este trabalho tenta trazer um pouco de luz à discussão sobre a trajetória de participação das mulheres idosas nas atividades políticas reivindicativas de direitos de cidadania, desenvolvidas pelo movimento dos(as) aposentados(as) e pensionistas em Salvador. Essa discussão busca alcançar o esforço de mobilização das mulheres

¹ Bióloga de formação, mestra e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, professora do Eixo Humanístico na modalidade presencial e a distância da Universidade Salvador-Laureate International Universities/ UNIFACS, pesquisadora associada do Núcleo de Estudos interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM/ UFBA.

membros dos Grupos de Convivência de Idosos(as), promovido pelo Fórum Permanente em Defesa do Idoso, enquanto possibilidade de empoderamento dessas mulheres no contexto de novas condições materiais e de vida prática em que elas vivem atualmente, permitidas, sobretudo, pelos benefícios da proteção social.

Considero, neste estudo, a mobilização das mulheres que figuram em maioria nas entidades que compõem os Grupos de Convivência de Idosos(as) em Salvador, como um momento fundamentalmente importante nas suas histórias de vida, na medida em que as oportunidades de vivências nos espaços públicos de decisão política lhes foram negados durante toda sua juventude, pelas implicações do gênero. Tais implicações, constituídas no processo de socialização para a subordinação, conformaram suas práticas nos limites do espaço privado da organização e execução do trabalho doméstico (educação e cuidado de filhos, assistência às pessoas mais vulneráveis, crianças, idosos e enfermos).

As discussões dos temas que caracterizam as tramas das decisões sociais e dinamizam o mundo público estavam ausentes do espaço domiciliar ao qual se confinavam. Participar da luta política, tendo em vista a ampliação do movimento dos aposentados, pensionistas e idosos em Salvador e conseqüente (re)afirmação da sua autonomia e identidade coletiva, constitui uma novidade na experiência de vida das mulheres, especialmente aquelas das camadas populares, como as que figuram em maioria nos grupos referidos e um avanço para o próprio movimento, no que diz respeito a superação das desigualdades de gênero.

Parto do pressuposto de que a autonomia e a identidade coletiva são categorias constitutivas da formação do movimento político dos aposentados(as), pensionistas e idosos, do modo como analisado pelos teóricos alinhados ao paradigma dos Novos Movimentos Sociais e que as ações coletivas são construídas pela interação de múltiplos processos e orientações e é sempre uma construção a partir das possibilidades e recursos disponíveis, nunca uma intenção finalizada (MELUCCI, 2001).

A predominância das mulheres entre a população idosa e o reconhecimento das diferentes formas do viver e envelhecer de homens e mulheres, investidos por diferenciais não só de gênero, mas de classe, cor e outras dimensões identitárias, constituem tema de relevantes discussões nos estudos sobre envelhecimento da população. Alguns desses estudos ilustram a interconexão do duplo circuito das solidariedades entre as gerações: um circuito privado no nível familiar e outro público, através da proteção social, de modo a fechar-se no nível intrafamiliar um mecanismo

circular de redistribuição tanto de bens materiais quanto de apoios afetivos e de cuidados (ATTIAS-DONFUT, 1995, 1996).

Outros estudos vêm indicando que o envelhecimento para as mulheres brasileiras foi, nos últimos 20 anos, marcado por mudanças significativas quanto à posição das idosas na família e na sociedade. Tais mudanças têm sido interpretadas como grande melhoria nas condições de vida das mulheres que envelhecem, na medida em que sugerem expressiva redução da pobreza e indigência nas quais elas viviam, considerando-se, muitas vezes, como privilégio, a situação em que elas vivem atualmente. Os avanços tecnológicos relacionados à saúde, o maior acesso aos mesmos e, principalmente, a ampliação da cobertura previdenciária são fatores apontados como determinantes dessa nova condição das idosas brasileiras (CAMARANO, 2003).

Esses estudos apontam ainda que as mudanças significativas no interior da família tiraram as idosas da situação de dependência, uma vez que assumem a condição de provedoras em seus domicílios. Na Bahia, encontram-se mais mulheres idosas nessa condição de referência familiar do que homens idosos, 28,5% contra 19,2% respectivamente, segundo os indicadores sociais do IBGE/PNAD de 2005. Vale, no entanto, ressaltar que a universalização da seguridade social, no caso brasileiro, beneficiou prioritariamente as mulheres rurais. Assim, um contingente significativo de mulheres idosas urbanas que se dedicaram exclusivamente aos afazeres domésticos, não participando do mercado de trabalho formal, não tem possibilidades de se beneficiar de aposentadoria (GOLDANI, 2004).

A questão aqui colocada é se essas situações atualmente vividas por essas mulheres lhes credenciam para a inserção no espaço público da política em posições que lhes confirmam poder de decisão sobre as suas especificidades, no que concerne às relações de gênero. Busco interpretar dados de entrevistas e observação direta realizadas em pesquisa² com mulheres idosas em Salvador, no intuito de responder a esta questão.

Tomo como premissa que o reconhecimento da discriminação das mulheres como resultado de uma ideologia de gênero não ocorre espontaneamente. A condição de subordinação é sustentada como natural, por meio da ideologia e, desse modo, a mudança espontânea é difícil e sua indução a torna necessária para uma tomada de

¹ Pesquisa que realizei sobre o movimento político dos aposentados/as e pensionistas, para a elaboração da minha tese de doutorado, com o apoio da FAPESB na condição de bolsista. Idosas aqui são as mulheres acima de sessenta anos, dado que é este o corte etário definido pela Organização Mundial de Saúde e Estatuto Nacional do Idoso.

consciência da discriminação de gênero. É necessário que as mulheres modifiquem suas visões sobre seus direitos e capacidades, para construírem outra imagem de si mesmas que desafie o sentimento de inferioridade. Para tal percepção, é preciso que as condições sejam favoráveis e tragam como consequência a formação da consciência crítica. É nesse sentido que agentes externos jogam papel fundamental.

A ampliação dos benefícios da proteção social trouxe condições materiais necessárias ao empoderamento das mulheres idosas na dimensão do pessoal e das relações da família. Por estarem na condição de provedoras e não mais de dependentes, sua posição nas relações patriarcais de poder ganhou destaque, permitindo-lhes, em certa medida, decidir com autonomia sobre o que fazer de suas vidas.

Muitas dessas mulheres falam de uma autonomia não experimentada antes na juventude, quando, na maioria das vezes, dependentes dos maridos ou outros familiares. Principalmente as solteiras e as viúvas falam da solteirice e da viuvez com o alívio de liberdade, sem a vivência de uma situação de opressão, que muitas vezes lhes ameaçou de morte. Afirmam que passaram a viver a partir de então os melhores tempos de suas vidas, livres de insegurança e de maus-tratos. É como se uma “liberdade de gênero” recobrisse a não tão menor violência e insegurança de uma velhice de discriminações, vulnerabilidades e carências como já assinalado em vários estudos (MOTTA, 2000, 2002; DEBERT, 1999).

—...tô feliz hoje.. Eu acho que tô melhor hoje... por exemplo, eu querendo sair, qualquer lugar eu vou; não tem negócio de nego tá mandando em mim. Minha vida mudou pra melhor. (Eliete Lemos Maranhão, 76 anos)³

—Hoje eu estou melhor, sabe por que? A liberdade. Não tem ninguém que dê ordem na minha vida, eu saio e ninguém sabe pra onde eu vou [...] eu não nasci pra ser mandada, pra ser governada por ninguém. Eu nasci pra ser livre, é como eu estou vivendo agora, como um pássaro. (Rejane, 81 anos)

A maioria fala de sua liberdade, também, como uma “liberdade de classe”,⁴ ao viverem muito mais alegres e felizes do que vivem as mulheres das classes abastadas,

³ Nota do Editor: essas citações apresentam esta formação a fim de diferenciá-las em relação às citações de textos teóricos.

visto que as normas e regras das etiquetas de classe, sem contar o medo dos riscos aos quais se expõem nas ruas, não lhes permitem a leveza de uma vida livre descontraída como a que elas vivem, participando do que bem desejam.

Comentam a frustração do sonho de juventude não realizado: a maioria com relação aos poucos anos de estudo. Algumas, com o retorno à escola, demonstram que ainda não perderam a dimensão desse sonho. O futuro, para a maioria delas, é projetado no sucesso e realização dos filhos e netos, visto que a maior preocupação, na idade que têm, se concentra na possibilidade dos netos(as) se desviarem do “bom caminho” que elas ensinaram, quando já não foram contaminados pela “perdição dos tempos de hoje”. Raramente falam de um futuro para si mesmas.

As relações de ajuda mútua entre os filhos(as) são comumente destacadas, sem, contudo, acontecer com todos os filhos o tradicional princípio do fluxo das trocas intergeracionais no sentido de mão dupla, dos pais para os filhos dos filhos para os pais, como já discutido por Camarano (2004) e Attias-Donfut (1996). Algumas lembram desoladas que as trocas com alguns filhos têm sentido de mão única, já que só os seus recursos e não suas necessidades são com eles compartilhados. É quase regra geral os relatos de co-residência por necessidade dos filhos, filhas e netos envolvidos em dificuldades, devido a um contexto econômico desfavorável, levado pelo desemprego, aliado às instabilidades das relações conjugais. Descrevem com entusiasmo os trabalhos artesanais que aprenderam a fazer nos grupos, os exercícios físicos, como ginástica e dança, além da participação em passeios, caminhadas e apresentações em desfiles culturais, cujas fantasias são por elas confeccionadas.

Nesse âmbito, certas mudanças têm ocorrido nas estruturas de subordinação e vai-se formatando uma nova imagem de si, refletida em novos comportamentos. O que os dados dessa pesquisa trazem de novo é a dinâmica de mobilização de mulheres idosas, com vistas a criar as condições para desenvolver a consciência política do maior número possível dessas pessoas, quanto aos seus direitos na condição de cidadãs e a necessidade de se organizarem para coletivamente reivindicarem a garantia dos mesmos na vida cotidiana.

Os Grupos de Convivência de Idosos(as) constituídos por mulheres, em sua maioria, e que se reúnem regularmente mais de uma vez por semana, constituem um espaço social privilegiado para mobilizar o desenvolvimento dessa consciência política.

⁴ Esses grupos de convivência que têm assento no Fórum Permanente em Defesa do Idoso são constituídos por idosos(as) das classes populares.

E é nessa possibilidade que investem as ações do Fórum Permanente em Defesa do Idoso, estimulando essas mulheres a ensaiarem seus primeiros passos para o fortalecimento da ação política da população idosa, enquanto grupo identitário e autônomo.

Todo esse empenho vem sendo desenvolvido pelo movimento político dos idosos(as), representado neste estudo pelo movimento dos aposentados(as) e pensionistas de Salvador, que, se sentindo ameaçado em sua autonomia e identidade coletiva pelas novas gerações dos ativistas sindicais, tem buscado novos mecanismos de ampliação desse movimento para além das questões restritas aos direitos previdenciários, e que estão ausentes das pautas dos sindicatos.

Essas novas questões são aquelas relacionadas à saúde, aos transportes coletivos, à violência contra os idosos, à justiça, à educação, bem como à criação no Estado de um organismo específico para a gestão das políticas públicas destinadas à pessoa idosa. Com esse objetivo foi criado, em 27 de janeiro de 2004, o Fórum Permanente em Defesa do Idoso⁵, mencionado acima, para articular diversas entidades envolvidas com a problemática do envelhecimento, tendo em vista a implementação do Estatuto do Idoso, como instrumento de cidadania da pessoa idosa.

A constituição do Fórum envolve, além das tradicionais associações de aposentados(as) e pensionistas, outras entidades, cujas atividades não são pautadas nas reivindicações políticas de direitos de cidadania da pessoa idosa, mas principalmente em atividades culturais, de lazer, centrados na lógica da “nova imagem da velhice ativa”. Desse modo, é criado um espaço de articulação de entidades com objetivos diferenciados para a construção de ações unificadas. Trata-se de grupos de idosos(as) cujas ações coletivas expressam a pluralidade de motivações. Alguns têm como foco a natureza política das atividades, outros estão centrados nos aspectos culturais e de lazer. Do mesmo modo, esses grupos são marcados por diferenciação em relação ao sexo, sendo que os grupos pautados em atividades políticas são compostos majoritariamente por homens e os outros são constituídos por mulheres em sua maioria. Não obstante serem as mulheres a maioria dos beneficiários do sistema de proteção social, embora, refletindo as desigualdades no que se refere aos diferenciais de sexo, (AZEVEDO, 2005; GOLDANI, 1999; SOARES, 2003) é muito reduzida a sua participação na luta política em defesa desses direitos, em torno de 10% nas atividades do movimento dos

⁵ Nos parágrafos seguintes o Fórum Permanente em Defesa do Idoso será referido simplesmente como Fórum.

aposentados e pensionistas. Em Salvador, são emitidos 212.070 benefícios femininos (56%) para 165.961 masculinos (44%)⁶ (AZEVEDO, 2005).

A noção de cidadania aqui reivindicada se insere nos parâmetros políticos e teóricos constantes do projeto de sociedade que derivou da experiência concreta dos movimentos sociais que emergiram a partir da década de 1980. Tais parâmetros estão ancorados na luta por direitos, tanto à igualdade quanto à diferença, isto é uma redefinição da noção de direitos inscrita na concepção de “direito a ter direito”. Esta concepção envolve a invenção/criação de novos direitos decorrentes de lutas e práticas concretas e específicas, não se restringindo a conquistas legais e aos direitos previamente definidos.

É essa perspectiva que dá sustentação à construção e difusão de uma prática democrática, nucleada na transformação cultural enquanto fundamento intrínseco e constitutivo da construção da democracia. Já que a sociedade contemporânea se caracteriza cada vez mais pela emergência de novos sujeitos sociais, não se pode prescindir dessa nova noção de cidadania para alcançar seus direitos e subjetividades. Só essa nova visão de cidadania é capaz de garantir a afirmação do imbricamento das dimensões da cultura e da política e operar a ampliação do espaço desta última (DAGNINO, 2004).

Apoiada nessa visão, distancio-me da perspectiva liberal, cuja ideia de universalidade e essencialismo são imanentes ao conceito de cidadania. Assim, proponho analisar o empenho que as idosas dos Grupos de Convivência efetuam como um exercício de cidadania enquanto “estratégia política”, isto é, um processo de construção que envolve a definição do seu conteúdo e significado no processo da luta política, em que dinâmica passa por conflitos reais vividos pelo movimento dos(as) aposentados(as) e pensionistas em Salvador. E no seio dessa dinâmica, interesses e práticas concretos norteiam transformações contínuas.

Tomo Dagnino (2004) mais uma vez como referência para pensar as idosas no movimento dos(as) aposentados(as) e pensionistas na condição de sujeitos sociais ativos que lutam pelo reconhecimento do que elas definem como seus direitos, visto que esta condição é um dos requerimentos fundamentais da nova cidadania que se configura como estratégia dos excluídos. São sujeitos ativos, cidadãs de direitos, investindo no alargamento do campo da nova cidadania, para incluir novas formas de sociabilidade

⁶ Fonte: MPAS/DATAPREV-SINTESE Gold-Fev/2005. In: FAC-SIMILE Assessoria de Comunicação INSS-Salvador.

num formato mais igualitário das relações sociais nos diferentes níveis, no âmbito da cultura democrática. Tais sujeitos buscam deslocar o foco da relação do nível apenas do Estado para inserir com prioridade a relação com a sociedade civil, no sentido de transformação das práticas sociais enraizadas na sociedade como um todo. Buscam desenvolver na sociedade em geral um processo de aprendizagem, voltado para novas formas de relações de convivência social com esses sujeitos sociais ativos, que emergem enquanto cidadãos de direitos, que se negam a aceitar a condição de desigualdade que lhes confere os lugares ou os não lugares (no caso das idosas) que social e culturalmente lhes foram destinados. Esse processo radicaliza a cidadania enquanto estratégia política, ao entender que a luta pela cidadania se faz tanto no âmbito do reconhecimento formal dos direitos pelo Estado quanto no espaço da sociedade civil constituída em arena política.

A despeito desse marco, situo a organização política dos aposentados(as), pensionistas e idosos(as), como de resto as demais organizações da sociedade, como não imune à cultura informada pela ideologia de gênero. No entanto, as ações desse movimento, por meio das atividades do Fórum, apontam para mudanças nesta situação, até porque dessa mudança depende a manutenção da autonomia do movimento político dos idosos(as), uma vez que as mulheres constituem a maioria dessa população.

Nesse sentido, foi organizado uma programação alusiva ao dia 8 de março e à II Conferência de Políticas para as Mulheres do ano de 2007, direcionada às mulheres participantes dos Grupos de Convivência. Uma iniciativa inédita em todos esses anos de organização do movimento político dos aposentados e pensionistas em Salvador e acredito que atividades como esta, e muitas outras que o movimento vem realizando, tem contribuído para elevar o nível de consciência de gênero dessas idosas participantes desses grupos, levando-as a novas perspectivas de poder no mundo público. A mobilização iniciou com a realização de um painel REFLEXÕES – MULHER DO SÉCULO XXI, cujo ápice foi a Conferência no dia 05/03/07: *A velhice Feminina no Século XXI*, proferida pela Prf^a Dr^a Alda Britto da Motta do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM da Universidade Federal da Bahia.

A conferencista enfatizou, principalmente, a importância da participação das mulheres idosas nos diversos espaços públicos, especialmente naqueles pautados por discussões políticas, pois a maior invisibilidade da mulher idosa a coloca em grande desvantagem, haja vista as campanhas contra a violência sobre a mulher referirem apenas à violência sexual, bem como as campanhas relacionadas à saúde da mulher

focarem somente as mulheres cuja faixa etária corresponde a fase reprodutiva, escondendo, desse modo, a especificidade da violência contra a mulher idosa, os riscos com relação a sua saúde e o seu maior contingente entre os idosos em geral.

Durante o evento, destacou-se ainda a desvantagem das mulheres idosas no que se refere às políticas de proteção social, visto que, em função da precarização de sua participação no mercado de trabalho formal ou não participação, os valores das aposentadorias a que uma minoria dessa população tem direito são os mais baixos, as pensões das viúvas não correspondem ao valor integral do benefício dos maridos, são as idosas a maioria dentre os beneficiários do BPC – Benefício de Prestação Continuada a que fazem jus os indigentes. Referiu-se, por fim, à situação das idosas chefas de família e todos os problemas relativos a essa condição, inclusive a maior responsabilidade, a repressão das viúvas pelos seus familiares, filhos e filhas, principalmente, ainda que elas falem desse novo tempo como um tempo de liberdade em relação ao anterior.

O segundo momento dessa iniciativa foi a presença de um bloco de mulheres idosas, participantes das entidades com assento no Fórum, que pela primeira vez participou organizadamente da passeata do dia 08 de março, empunhando uma faixa alusiva à especificidade dos seus direitos. Várias delas se sentiram muito satisfeitas com a oportunidade de participação, inclusive com a tarefa de distribuir o documento 08 DE MARÇO – DIA INTERNACIONAL DA MULHER, assinado pelo Fórum e fazendo referência ao Estatuto do Idoso, constituindo-se numa experiência dantes nunca vivida.

Na reunião do dia 02/04/07, ficou decidido que cada grupo de idoso(a) discutisse internamente sobre as propostas políticas do interesse das mulheres mais velhas a serem encaminhadas através das delegadas representantes do Fórum à II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres - CMPM. Assim, três delegadas representando o Fórum Permanente em Defesa do Idoso participaram nos dias 29/04 a 01/05/2007 da II CMPM, e lá defenderam a inclusão da especificidade das mulheres idosas nas resoluções políticas da Conferência.

Outras ações com vista a enfrentar as questões referentes aos direitos dos(as) idosos(as) são promovidas pelo Movimento Políticos dos aposentados(as) e Pensionistas. São palestras e debates com representantes do Ministério Público, Sessões Especiais na Câmara de Vereadores e as manifestações públicas na Praça Municipal, na qual está sediada a Prefeitura do Município do Salvador, para reivindicar a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, do modo como prescreve o Estatuto do Idoso. Uma grande iniciativa, nesse sentido, foi a mobilização seguida de

audiência com o Secretário de Segurança Pública do Estado, tendo como ponto de pauta a instalação da Delegacia do Idoso no que foi atendido. De imediato o Exmº Sr. Secretário tomou as devidas iniciativas para o adequado funcionamento da delegacia, cuja inauguração ocorreu no dia 31/07/2006, num ambiente festivo.

Logo à entrada do prédio, os convidados eram recepcionados por um bloco de mulheres idosas, membros do Grupo de Convivência do Centro Social Urbano de Mussurunga, vestindo trajes típicos de “bairanas”, acompanhadas por três violonistas, entoavam juntos várias músicas em ritmo de seresta, dentre elas uma alusiva aos aposentados. Em seguida, duas delas começaram a dançar animadamente seguidas músicas, agora, em ritmo de samba. Muitos idosos e idosas foram entrevistados(as) pela imprensa presente, demonstrando, muitos deles, plena consciência dos seus direitos.

Em todas essas atividades já se observa uma participação mais efetiva das mulheres idosas, especialmente aquelas que integram os Grupos de Convivência. Em suas falas, elas ratificam a participação nessas atividades políticas, enfatizando sua importância na aprendizagem *de coisas que a gente não estava nem sabendo, coisas aí que tocam na gente...* (Etelina: entrevista dia 12/07/07)

Algumas destacam a recuperação do valor dos seus benefícios como objetivo principal da participação nas manifestações. Mariana, 67 anos relatou que estava dando continuidade à reivindicação do marido que já havia reclamado várias vezes no INSS a revisão do cálculo de sua aposentadoria sem nenhum sucesso. Agora ela viúva, pensionista, entrou com uma ação na justiça e ganhou. E vai continuar lutando por seus direitos. Outras falam especialmente sobre a importância das manifestações em defesa do transporte coletivo gratuito e aquelas relacionadas à Delegacia do Idoso. Citam A Casa do Aposentado e o Ministério Público como entidades de referência na defesa dos direitos da pessoa idosa.

Revelam o exercício da cidadania com consciência dos seus direitos em vários episódios vividos no cotidiano. Uma delas fala sobre o direito de netos e filhas ao seu benefício, quando da ocasião em que a nora colocou o filho dela na justiça, reivindicando pensão para a filha deles. Disseram à idosa que a responsabilidade era dela. E ela informa que o neto só tem direito ao benefício se os avós o adotaram, legalmente, desde pequeno. Mesmo assim, se ainda menor de idade e depois da morte deles. *Enquanto a gente tiver vida e criar o neto, não fique pensando que o neto nem filho vai ter direito ao benefício não.* (Tanira: entrevista no dia 23/07/07)

Algumas informam que muitos acham que a carência delas é só em relação a passeios e atividades de lazer, “*mas que não é só isso não*”. Há outras questões como aquelas em que o idoso entregou a carteirinha com a senha a netos, filhos e até noras. Hoje está sofrendo por falta de dinheiro. Dizem que conhecem muitos que estão nessa situação e ficam calados. Uma idosa afirma: *A gente tem que dá queixa. Tem a delegacia do idoso. A gente tem os endereços os telefones das pessoas para ligar sem precisar se identificar.* (Etelina: entrevista dia 12/07/07)

Outra idosa informa ainda ter ido à delegacia do idoso dar queixa contra um rapaz, seu vizinho, que entrou em sua casa, discutindo com a esposa e a ofendeu verbalmente. Ele foi intimado e obrigado a assinar um termo de responsabilidade de boa convivência, sob pena de maiores penalidades. Em relação ao transporte coletivo, as entrevistadas demonstram total conhecimento dos seus direitos garantidos em lei e os fazem cumprir. Tanto em relação à gratuidade, quanto à reserva de assentos para pessoas idosas.

Questionadas sobre os direitos de homens e mulheres foram unânimes em afirmar que são iguais para ambos, mas sempre relacionando esses direitos às obrigações do trabalho, tanto no espaço doméstico quanto no espaço público. A fala de duas delas é exemplar:

Antes só o homem contribuía com as despesas. Hoje mulheres e homens têm de contribuir. Do mesmo jeito que ela trabalha ela tem o direito de mandar. (Neuma: entrevista 23/07/07)

Acho que os direitos são iguais. Não deve um só trabalhar. Um tem que ajudar o outro, inclusive no trabalho doméstico. (M^a Vanustha: entrevista 18/07/07)

Com as atividades promovidas pelo Fórum Permanente em Defesa do Idoso, as idosas começam a perceber de forma mais crítica seu cotidiano e pensar outros caminhos a serem percorridos, nos quais sejam enfrentados e desconstruídos os estereótipos que marcaram suas vidas e ainda perpassam por toda a sociedade. O caráter pedagógico dessas ações que levam à organização das pessoas idosas que começam, criticamente, a se autorreconhecerem como destituídas de poder, constrói nessas pessoas um saber da realidade que as desafia a atuarem sobre ela.

Penso esse processo como possibilidade dessas pessoas tomarem consciência dos seus direitos enquanto mulheres idosas que vivenciam o imbricamento das discriminações relacionadas à idade/geração, ao gênero, à classe, à raça/etnia etc. Nesse exercício de cidadania, essas mulheres idosas vão grafando em sua consciência a história da ideologia que subjaz à dominação masculina determinante da discriminação de gênero e, no âmbito da organização coletiva e mobilização de protesto, vão criando condições de se empoderarem e, nesse percurso, podem ir rompendo com as estruturas de gênero que historicamente as submetem à dominação e exploração, e assim se afirmarem como sujeitos políticos.

A despeito das relações ancoradas no gênero marcarem a organização política dos aposentados(as), pensionistas e idosos(as), como já mencionado acima, o fato de uma mulher assumir um lugar investido do poder autorizado para definir e modificar as metas e necessidades nessa organização, comandando a produção e distribuição de recursos, responsabilidades e benefícios, bem como a escolha de quais pessoas serão incluídas ou excluídas nesse processo, significa que essas mulheres estão se inserindo no espaço público da política em posições de poder que lhes permitem decidir, não só sobre as suas especificidades, no que concerne às desigualdades de gênero, mas também sobre todas as questões relativas aos direitos de todas as pessoas idosas.

Assim, a Federação dos Aposentados, Pensionista e Idosos do Estado da Bahia (FEASAPEB) escolheu uma mulher como sua presidenta, por duas gestões, em seus 20 anos de história. A despeito de todas as dificuldades e conflitos que têm marcado esse processo, desde o afastamento da primeira dessas mulheres antes de completar o mandato até o isolamento político da segunda, atualmente no terceiro ano do seu mandato, há de se considerar que, no curso das ações do Fórum, as mulheres idosas vêm aos poucos consolidando sua liderança e se empoderando, como elas próprias revelam.

Marise, a presidente atual da FEASAPEB, aposentou-se pela Petrobras, em 1999, e, imediatamente, veio participar do movimento dos aposentados(as) e pensionistas, assumiu várias funções, desde diretora social, passando por secretária geral até diretora de comunicação da FEASAPEB. Nessa trajetória de oito anos, ela foise constituindo numa liderança respeitada, dada sua dedicação, competência e compromisso com a defesa dos direitos à proteção social dos velhos trabalhadores que se desligaram das atividades laborais. Assume a presidência da Federação da Bahia com propostas arrojadas de expansão da base dessa luta, não só do ponto de vista territorial de criação de novas associações nos diferentes municípios baianos, mas também no que

diz respeito à incorporação também dos departamentos de aposentados e pensionistas organizados nos sindicatos das diversas categorias profissionais.

No entanto, nas organizações políticas, mais do que em qualquer outro espaço social, em vista dos condicionantes de gênero, as mulheres se deparam com muitas barreiras até conseguirem ocupar funções investidas de poder. Aqui, no movimento dos(as) aposentados(as) e pensionistas, não é diferente. Vejamos como Marise, na entrevista do dia 23/09/08 descreve sua trajetória:

— [...] não foi fácil, não foi fácil, aqui o poder masculino era e é ainda muito forte, muito forte [...] Não tinha mulher, de noventa e nove até hoje só tinha eu, agora, entrou mais cinco. Eu comecei nessa diretoria estudando muito sobre a Previdência Social. Fui secretária geral, e uma secretária não deixa de se assemelhar a uma dona de casa que não expressa o pensamento dela, ela anota, registra o pensamento daquela diretoria. Eu fiz isso muito tempo, com muito pouco poder de decisão e eu fui percebendo isso, [...] e fui percebendo também quase tudo da organização, comecei a comparecer aos eventos, comecei a viajar representando a entidade, comecei tomando vulto, tomando espaço. [...] Quando eu chegava em Brasília tinha um companheiro nosso aqui da Bahia que dizia: ‘oh! essa mulher aqui? Fazendo o que?’ [...] foram observando e vendo que havia um compromisso e uma seriedade nas coisas que eu propunha. Fui crescendo até que chegou a um ponto que eles tiveram que me indicar.

De acordo com o depoimento de Marise, citado acima, ela rompeu as amarras de gênero, mostrou capacidade e se destacou no movimento. Conquistou respeitabilidade e se fez presidenta da entidade representativa da organização em todo Estado. Assim, uma nova história sobre a trajetória de vida dessas mulheres vai se formatando a partir da mescla das atividades culturais e de lazer, que têm caracterizado esses grupos, com a dimensão política, a marca do movimento dos aposentados(as) e pensionistas. Com essa dinâmica, como a pesquisa apontou, nos Grupos de Convivência em Salvador (re)constroem-se novas formas discursivas e de representações. Novas perspectivas de liberdade vão sendo gestadas rumo à conquista dos direitos a igualdade e, aos poucos, essas mulheres, na condição de cidadãs idosas, vão assumindo poder, por direito, nos meandros da política.

REFERÊNCIAS

- ATTIAS-DONFUT, Claudine. Les double circuit des transmissions. In: _____ (Org.). *Les solidarités entre générations*. Paris: Nathan, 1995. p. 41-81.
- _____. Solidarités et entraides entre générations .In: SINGLY, François de et al. (Dir.). *La famille en questions: État de la recherche*. Paris: Syros, 1996. p. 167-178.
- AZEVEDO, Eulália Lima. *Aposentados em movimento: tensões e convergências com o movimento sindical*. 2005. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- _____. “Chegando pra idade”. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). *Velhice ou terceira idades? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 223-235.
- CAMARANO, Ana Amélia. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? *Estudos avançados*, São Paulo, v.17, n. 49, p.35-63 set./dez. 2003.
- _____. Família: espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. In: _____ (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 137-166.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos Sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____ (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 2004. p. 103-104.
- DEBERT, Guíta Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. Universidade de São Paulo: São Paulo Press, Fapesp, 1999.
- GOLDANI, Ana Maria. Mulheres e envelhecimento: desafios para os novos contratos intergeracionais e de gêneros In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p. 75-114.
- _____. Relações intergeracionais e reconstrução do Estado de Bem-Estar: Por que se deve repensar essa relação para o Brasil? In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 211-250.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTTA, Alda Britto da. Gênero e geração: de articulação fundante a “mistura indigesta”. In: FERREIRA, Silvia Lucia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo (Org.). *Imagem da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM/UFBA, 2002. p. 35-49.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. Reforma da previdência e seguridade social: equidade de gênero e raça. In: CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. *As mulheres na reforma da previdência: o desafio da inclusão social*. Brasília, 2003. p. 21-85.